

e•book

RELATÓRIO ANUAL 2022

RESULTADOS DE UMA GESTÃO TRANSPARENTE E OBJETIVA





MENSAGEM DA DIRETORIA

É chegada a hora do envio de um dos compromissos mais importantes de uma entidade de previdência privada, o relatório anual de informações, com o detalhamento dos números do OABPrev-SC, que traz em números o trabalho realizado durante o ano e os resultados alcançados.

Apesar de o mercado financeiro em 2022 ter sido especialmente desafiador, muito foi realizado nesse ano que passou, mas muito ainda há a realizar. E você pode também contribuir conscientizando o maior número de colegas advogados de que o OABPrev traz a certeza da manutenção da qualidade de vida, não só à família como ao próprio profissional.

E é para isso que o OABPrev-SC trabalha: para tornar a previdência complementar da advocacia catarinense capaz de atender ainda melhor às novas demandas manifestadas no mercado, em boa parte diferentes das observadas no passado. Afinal, é imprescindível que os planos de previdência complementar continuem se mostrando atrativos aos olhos das novas gerações. Por isso, difundir e fomentar a consciência da poupança em longo prazo e a realização de um planejamento financeiro regular e habitual é um trabalho de longo percurso deste OABPrev-SC, uma vez que as tendências da longevidade constituem um desafio persistente e permanente.

Sem um sistema público de previdência que suporte o risco da longevidade, só há uma saída: planejar e aposentadoria poupando mais para os anos extras que serão gastos na terceira idade. A necessidade de alerta se reforça com as oscilações do mercado financeiro e por isso é tão importante que cada participante mantenha o seu plano OABPrev-SC sempre atualizado em relação às mudanças da sua vida: casamento, filhos, proximidade de aposentadoria e necessidades pessoais.

Seguiremos honrando nossos propósitos, que incluem desde a aposta permanente na inovação e a busca por alternativas de crescimento, até a modernização de processos e controle de recursos, tudo isso com a marca da nossa já tradicional transparência nos atos de gestão. Sabemos que esse é um trabalho contínuo e interminável, mas para o qual estamos preparados e motivados a cumprir com total qualidade, responsabilidade e, principalmente, entusiasmo.

Márcio Sachet

Diretor Presidente

Yuri Carioni Engelke

Diretor Administrativo e Financeiro

Luís Fabiano de Araújo Giannini

Diretor de Seguridade

SUMÁRIO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
4. GESTÃO DE PARTICIPANTES	34
5. INDICADORES DE GESTÃO	35
6. INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	36
7. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO	38
8. POLÍTICA DE INVESTIMENTO	46
9. PARECER ATUARIAL	55
10. PARECER DO CONSELHO FISCAL	63
11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	64
12. GLOSSÁRIO	65

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022

FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL SANTA CATARINA - OABPREV-SC - CNPJ 86.897.105/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
Disponível Nota 4	382	147	Exigível Operacional Nota 9	1.190	847
			Gestão Previdencial	1.009	688
Realizável	255.604	227.744	Gestão Administrativa	178	154
Gestão Previdencial Nota 5	0	1	Investimentos	3	5
Gestão Administrativa Nota 6	269	145	Patrimônio Social	255.294	227.584
Investimentos Nota 7	255.335	227.598	Patrimônio de Cobertura do Plano	252.059	224.307
Fundos de Investimento	255.335	227.598	Provisões Matemáticas Nota 11	252.059	224.307
Permanente Nota 8	498	540	Benefícios Concedidos	22.655	19.183
Imobilizado	498	540	Benefícios a Conceder	229.404	205.124
			Fundos Nota 13	3.235	3.277
			Fundos Administrativos	3.235	3.277
TOTAL DO ATIVO	256.484	228.431	TOTAL DO PASSIVO	256.484	228.431

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2022	2021	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	227.584	209.870	8%
1. Adições	56.637	37.870	50%
Contribuições Previdenciais	29.073	27.626	5%
Portabilidade	419	777	-46%
Indenização de riscos terceirizados	3.099	353	778%
Reversão de Fundos Administrativos	70	121	-42%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.392	6.725	218%
Receitas Administrativas	2.361	2.135	11%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	223	133	68%
2. Destinações	(28.927)	(20.156)	44%
Benefícios	(3.871)	(2.613)	48%
Resgates	(13.566)	(7.950)	71%
Portabilidade	(1.353)	(339)	299%
Outras Deduções	(1)	0	100%
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(7.510)	(6.850)	10%
Despesas Administrativas	(2.556)	(2.283)	12%
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios - Gestão Administrativa	(70)	(121)	-42%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	27.710	17.714	56%
Provisões Matemáticas/Fundos	27.752	15.850	75%
Fundos Administrativos	(42)	(136)	-69%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	255.294	227.584	12%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
POR PLANO DE BENEFÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2022	2021	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	224.307	206.457	9%
1. Adições	54.092	35.636	52%
Contribuições	29.112	27.660	5%
Portabilidade	419	777	-46%
Indenização de riscos terceirizados	3.099	353	778%
Reversão de fundos administrativos	70	121	-42%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.392	6.725	218%
2. Destinações	(26.340)	(17.786)	48%
Benefícios	(3.871)	(2.613)	48%
Resgates	(13.566)	(7.950)	71%
Portabilidade	(1.353)	(339)	299%
Outras deduções	(1)	0	100%
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(7.510)	(6.850)	10%
Custeio Administrativo	(39)	(34)	15%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	27.752	17.850	55%
Provisões Matemáticas/Fundos	27.752	17.850	55%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	252.059	224.307	12%
C) Fundos não Previdenciais	(42)	(136)	-69%
Fundos Administrativos	(42)	(136)	-69%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2022	2021	variação %
1. Ativos	256.306	228.277	12%
Disponível	381	147	159%
Recebível	3.235	3.277	-1%
Investimento	252.690	224.853	12%
Fundos de Investimento	252.690	224.853	12%
2. Obrigações	1.012	693	46%
Operacional	1.012	693	46%
3. Fundos não Previdenciais	3.235	3.277	-1%
Fundos Administrativos	3.235	3.277	-1%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	252.059	224.307	12%
Provisões Matemáticas	252.059	224.307	12%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2022	2021	variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.277	3.413	-4%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.584	2.268	14%
1.1. Receitas	2.584	2.268	14%
Custeio Administrativo Previdencial	39	34	15%
Custeio Administrativo dos Investimentos	832	751	11%
Receitas Diretas	1.490	1.350	10%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	223	133	68%
2. Despesas Administrativas	(2.556)	(2.283)	12%
2.1. Administração Previdencial	(2.556)	(2.283)	12%
Pessoal e Encargos	(1.154)	(1.056)	9%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(36)	(25)	44%
Viagens e Estadias	(29)	0	100%
Serviços de Terceiros	(813)	(762)	7%
Despesas Gerais	(331)	(247)	34%
Depreciações e Amortizações	(45)	(67)	-33%
Tributos	(148)	(126)	17%
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	(70)	(121)	-42%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(42)	(136)	-69%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(42)	(136)	-69%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	3.235	3.277	-1%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(VALORES EXPRESSOS EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2022	2021	variação %
Provisões Técnicas (1+4)	253.071	225.000	12%
1. Provisões Matemáticas	252.059	224.307	12%
1.1. Benefícios Concedidos	22.655	19.183	18%
Contribuição Definida	22.655	19.183	18%
1.2. Benefícios a Conceder	229.404	205.124	12%
Contribuição Definida	229.404	205.124	12%
Saldo de Contas - Parcela constituída pelos Participantes	224.466	205.124	9%
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portadas EFPC	1.960	0	100%
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portadas EAPC	2.978	0	100%
4. Exigível Operacional	1.012	693	46%
4.1. Gestão Previdencial	1.012	693	46%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARATIVAS COM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina - OABPREV-SC é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, CNPB n.º 20.040.029-56. Autorizado a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria n.º 125 de 08 de outubro de 2004, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade principal de administrar o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Santa Catarina - PBPA. São instituidores do PBPA, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina - OAB/SC e a Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Santa Catarina - CAASC e em dezembro de 2017 foi aprovado o convênio de adesão para ser Instituidor a Cooperativa de Crédito Mútuo dos advogados de Santa Catarina - Sicoob Advocacia.

O OABPREV-SC tem sede e foro na Avenida Hercílio Luz, 639 - sala 211 - Centro, Florianópolis - SC, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPREV-SC tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus dependentes, nos termos do regulamento do seu plano de benefício e custeios.

O plano estabelece a concessão dos seguintes benefícios: (a) aposentadoria programada; (b) aposen-

tadoria por invalidez total e permanente; e (c) pensão por morte do participante ativo ou assistido.

A concessão dos Institutos está restrita aos participantes.

O participante custeia de forma facultativa contribuição destinada a cobrir a parcela adicional de risco, contratada pelo OABPREV-SC com a Mongeral Aegon Seguros e Previdência, para cobertura de morte e invalidez total e permanente do participante. A cobrança dessa contribuição é feita pela Entidade e repassada à Seguradora, detentora do risco.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 O OABPREV-SC possuía as seguintes quantidades de participantes e assistidos e média de idade:

	2022	Idade Média 2022	2021	Idade Média 2021
Ativos	8.628	36,66	8.695	36,32
Assistidos- Aposentados	72	62,99	63	65,43
Assistidos Pensionistas	48	42,46	48	42,00
Total	8.748		8.806	

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021, Instrução Previc nº. 31 de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44 de 23 de novembro de 2021 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões e Planos distintos (Previdencial e Administrativo)

e o Fluxo dos Investimentos, que é comum aos Planos Previdencial e Administrativo, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa - PGA e suas funções são as seguintes:

Gestão Previdencial: Registra as atividades de cunho Previdencial do plano de benefícios administrado, destinadas a constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade;

Gestão Administrativa: Funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuário o Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade. É responsável pela administração plena da entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados do Plano Previdencial;

Fluxo dos Investimentos: Destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos do Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela entidade e do PGA.

Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis que regem o sistema fechado de previdência complementar: Balancetes do Plano de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme disposto nas Resolução CGPC nº 43/2021 e Instrução PREVIC nº 31/2020, tem como objetivo controlar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa de forma segregada do plano previdencial, em conformidade com o regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. O PGA foi constituído, inicialmente, com o patrimônio do fundo administrativo existente no balancete do Plano de Benefícios Previdenciais em 31 de dezembro de 2009, representados pelo ativo permanente, pelo montante dos recursos aplicados em fundos de investimentos em renda fixa e os realizáveis da Gestão Administrativa. Tais recursos compreendem reservas administrativas (Fundo Administrativo) cuja utilização está prevista no regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

A legislação contábil aplicável às EFPCs prevê a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

- I - Balanço Patrimonial Consolidado;
- II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS;
- III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL;

IV - Demonstração do Ativo Líquido - DAL

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA;

VI - Demonstração das Provisões Técnicas - DPT.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições (adições) previdenciais são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios, e fundamento contábil contido na Resolução CNPC 43/2021.

b) Provisões Matemáticas

São apuradas com base nos saldos de contas individuais vertidos através de contribuições aportadas pelos participantes e sinistros pagos pela seguradora, atualizados pela rentabilidade dos investimentos, representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição individual do plano previdencial e plano de gestão administrativa e consolidada da entidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração do OABPREV-SC considera que os valores contabilizados são adequados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) estimativa de fluxos de caixa futuros para classificação de investimentos como "Mantidos até o vencimento", ii) não realização de provisão para perda de Investimentos, iii) valores a pagar à Seguradora pelo benefício adicional de risco, iv) as provisões matemáticas, e v) as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº. 43 de 06 de agosto de 2021 e Instrução Previc nº. 31 de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio apartado do plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial e Investimentos) e reciprocidades repassadas pela seguradora responsável pela comercialização dos planos previdenciais, deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas previdenciais e de investimentos da PGA são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº. 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Realizável

• Gestão Previdencial

O realizável previdencial está representado por valores a receber previdenciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 05.

• Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

• Fluxo dos Investimentos

Os recursos garantidores do OABPREV-SC estão aplicados em Fundos de Investimentos. As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras, com base no valor da quota do patrimônio, demonstradas pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano.

f) Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

<u>Descrição</u>	<u>Alíquota Anual</u>
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Imóveis	4%

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes dos direitos aos benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais e tributárias.

h) Critério para constituição e reversão das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios Previdenciais foram calculadas de acordo com a base de dados cadastrais de Participantes e Assistidos, na data base de Avaliação, considerando também as hipóteses biométricas e demográficas (mortalidade/sobrevivência), bem como as premissas econômicas e financeiras. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder estão registradas em conformidade com os relatórios atuariais.

i) Critério para constituição e reversão do Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios Previdenciais, em conformidade com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade. É constituído pela sobra e revertido pela insuficiência de recursos administrativos.

DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes no fundo fixo de caixa e nas contas correntes bancárias, reconhecidas por seus valores em moeda nacional. O OABPREV-SC possui os seguintes saldos no Fundo Fixo de Caixa e em Contas Correntes no dia 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Imediato	R\$ mil	
	2022	2021
Bancos Conta Movimento	365	139
Banco do Brasil	3	0
Caixa Econômica Federal	107	0
OABCREC - SICOOB	255	139
Bancos Carteira Administrada	17	10
Carteira Bradesco	17	8
Total	382	147

REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

O valor registrado no realizável da gestão previdencial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam os seguintes saldos relativos a contribuições a devolver aos participantes.

Outros Realizáveis	R\$ mil	
	2022	2021
Devolução de Contribuição	0	1
Total	0	1

REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, discriminados a seguir.

Realizável da Gestão Administrativa	R\$ mil	
	2022	2021
Responsabilidade de Terceiros	269	145
Integralização de Cotas	145	145
Pró-Labore Mongeral Aegon	124	0
Total	269	145

REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade possui gestão compartilhada entre o Plano de Benefícios Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa. Os recursos encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos custodiados em instituições financeiras, na central de custódia e liquidação de títulos privados - CETIP, no sistema especial de liquidação e custódia - SELIC e na companhia brasileira de liquidação e custódia - CBLC, os títulos são registrados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CMN 4.994 de 24/03/2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a alocação dos investimentos em garantia das reservas técnicas estão apresentados a seguir:

Fundos de Investimento	R\$ mil	
	2022	2021
Renda Fixa		
Brad RF DI Fed Extra	595	1.142
Multimercado	254.740	226.456
Mongeral Aegon OABPrev SC FIM	115.579	93.039
Somma OABPrev SC FI Multimercado	90.312	85.520
Vinci OABPREV SC FIM Cred Privado	48.849	44.753
MAG Global Sustainable FIM IE	0	3.144
Total	255.335	227.598

Os recursos previdenciais investidos pelo OABPREV-SC obtiveram a seguinte rentabilidade mensal durante o exercício social de 2022.

Ano de 2022- Base mensal	Rentabilidade	Índice Referencia INPC+4,24 %	% Índice Referencia
Janeiro	0,48%	1,02%	47,06%
Fevereiro	0,79%	1,32%	59,85%
Março	1,62%	2,08%	77,88%
Abril	0,37%	1,36%	27,21%
Maio	1,13%	0,81%	139,51%
Junho	-0,05%	0,97%	-5,15%
Julho	0,83%	-0,26%	319,23%
Agosto	1,33%	0,07%	1900%
Setembro	0,81%	0,03%	2700%
Outubro	1,09%	0,80%	136,25%
Novembro	0,12%	0,71%	16,90%
Dezembro	0,51%	1,06%	48,11%
Total 2022	9,39%	10,41%	90,20%

PERMANENTE

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e instalações, 20% para equipamentos de informática, e 4% para bens imóveis cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução Previc 31, de 20 de agosto de 2020.

	R\$ mil	
	2022	2021
Imobilizado e Intangível	498	540
Imobilizado	498	540
Operacional Corpóreo	498	540
Bens Móveis	48	61
Móveis e Utensílios	16	22
Custo	126	126
(-) Depreciação	(110)	(104)
Equipamentos de informática	17	20
Custo	121	118
(-) Depreciação	(104)	(98)
Instalações	1	2
Custo	7	8
(-) Depreciação	(6)	(6)
Máquinas e Equipamentos	14	17
Custo	50	50
(-) Depreciação	(36)	(33)
Bens Imóveis	450	479
Sala Comercial 01	234	250
Custo	392	392
(-) Amortização	(158)	(142)
Sala Comercial 02	126	162
Custo	212	212
(-) Amortização	(86)	(77)
Benfeitorias	90	94
Custo	106	106
(-) Amortização	(16)	(12)

EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Corresponde a retenções a pagar assumidos pelo plano de benefícios com terceiros, mediante contrato de repasse das contribuições de risco e retenção de IR sobre resgates e benefícios mensais, com vencimento em janeiro de 2022. Os saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados a seguir.

Exigível Operacional da Gestão Previdencial	2022	2021
IRRF s/ Benefícios Renda Continuada	146	16
IRRF s/ Benefícios Pagamento Único	208	99
Adiantamento de Contribuições	1	1
Valores a repassar Risco Terceirizado	652	570
Outras Exigibilidades	2	2
Total	1.009	688

b) Gestão Administrativa

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, tributos a recolher que vencem em janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam os seguintes valores:

	R\$ mil	
Exigível Operacional da Gestão Administrativa	2022	2021
Salários e encargos	164	142
Fornecedores	2	0
Retenções a recolher	2	2
Tributos a recolher	10	10
Total	178	154

c) Investimento

c) Investimento

Correspondem aos compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Investimentos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam os seguintes valores:

	R\$ mil	
	2022	2021
Exigível Operacional Investimentos		
Contas a pagar	3	5
Fundo investimento multimercado	3	5
Total	3	5

PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários OABPREV-SC.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria Entidade. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, evidenciados no quadro Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e emite o seu parecer de acordo com nota técnica atuarial. Foram utilizados pelo atuário os seguintes indicadores na avaliação Atuarial de 2022 do plano previdencial administrado pelo OABPREV-SC.

- a) Indexador Econômico: Cota Patrimonial
- b) Taxa anual de juro atuarial: 4,24% a.a.
- c) Crescimento real médio dos salários: não aplicável;
- d) Crescimento real médio dos benefícios do plano: não aplicável
- e) Inflação anual futura estimada: não aplicável

Fator de Capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: não aplicável;
- b) Capacidade do Benefício: não aplicável.

Hipóteses Biométricas e Demográficas Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: BR-EMsSB-2015 f
- b) Entrada em Invalidez: não aplicável
- c) Mortalidade de Inválidos: BR-EMsSB-2015 f

Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: não aplicável
- b) Geração Futura: não aplicável

Outras Hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) Composição familiar: considera-se a estrutura familiar informada

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), cabe ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de Benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial, ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual. A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

O detalhamento das rubricas contábeis que compõem os saldos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados na Demonstração das Provisões Técnicas - DPT.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.

Benefícios a conceder representa a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

PATRIMÔNIO SOCIAL - FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta o seguinte saldo:

	R\$ mil	
	2022	2021
Fundo Administrativo	3.235	3.277
Cobertura do Ativo Permanente	498	540
Sobrecarga Administrativa	1.402	1.402
Fundo Especial para Contingencias	1.335	1.335

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS – GESTÃO PREVIDENCIAL

As mutações patrimoniais do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas dos fluxos dos investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, através da constituição ou reversão de Provisões Matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

I - Adições

Representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Contribuições – representam as contribuições (adições) recebidas na gestão previdencial; Fluxo dos Investimentos – representa o resultado positivo dos investimentos.

II – Deduções

Representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do plano de benefícios durante o exercício.

Benefícios de Prestação Continuada, Resgates, Portabilidade, Pecúlio e outras Deduções – representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios da gestão previdencial;

Recursos Oriundos do PGA – representa valores transferidos do plano de gestão administrativa para o custeio do plano de benefícios dos empregados da Entidade;

Cobertura de despesas Administrativas – representa o valor transferido para o plano de gestão administrativa para a cobertura de despesas administrativas.

A composição da mutação patrimonial do plano previdencial está detalhada na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido de Plano.

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O custeio das despesas administrativas da Entidade teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre algumas contribuições dos participantes, custeio administrativo de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, receitas indiretas e rendimento das aplicações dos recursos investidos através do Plano de Gestão Administrativa.

a) Taxa de carregamento

Representa a taxa incidente sobre as contribuições dos participantes e assistidos, conforme plano de custeio.

b) Custeio Administrativos dos Investimentos

Representa a receita da gestão advinda dos investimentos previdenciais para cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

c) Receitas Diretas e Outras

Registra receitas da entidade decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco.

d) Resultado Positivo dos Investimentos

Representa o resultado positivo dos investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

As despesas necessárias à administração da entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto para a administração previdencial.

a) Administração Previdencial

Representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial.

Os valores detalhados das receitas e despesas administrativas relacionadas a administração previdencial estão apresentados na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento fechado de previdência complementar as demonstrações contábeis devem ser apresentadas segregadas por Plano de Benefícios Previdenciais e Plano de Gestão Administrativa e também consolidadas. O OABPREV-SC ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, anulou através do balancete operações comuns a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio consolidado da Entidade:

Participação no PGA		R\$ mil
Conta Contábil	Nome da Conta	Valor
1.02.02.03	Participação no Plano de Gestão administrativa	3.235
2.03.02.02.02	Participação no Plano de Gestão administrativa	(3.235)

PIS E COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate que compõem as provisões técnicas do plano previdencial).

ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores dos Planos administrados pela Entidade foram efetivados, nos exercícios sociais de 2022 e 2021, em estrita observância à Resolução CMN nº 4.661/2018, e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, com o apoio de Consultoria Financeira Externa.

Gestão de Recursos

Em conformidade com o Art. 3º, § 2º da Resolução CGPC nº. 12/2002 o OABPrev-SC terceiriza a gestão da sua carteira própria, dos recursos garantidores das provisões matemáticas, mediante contratação da Somma Investimentos, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.299/0001-06, CVM 721-0, Mongeral Aegon Investimentos Ltda, CNPJ sob nº 16.500.294/0001-50, CVM 12799 e Vinci Gestão de Patrimônio Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 13.421.810/0001-63, CVM 11.836, instituições especializadas na gestão de recursos de terceiros.

Custódia

De acordo com a Resolução CMN nº. 4.994 de 24/03/2022, os serviços de custódia e tesouraria são prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ 60.746.948/0001-12, CVM 12432, que atua como agente custodiante desde 12/04/2019. São responsáveis pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável, em contas próprias do OABPrev-SC.

EVENTOS SUBSEQUENTES

A Resolução CNPC nº 46 de 1 de outubro de 2021, na qual estabelece que as EFPC devem inscrever, cada plano de benefícios que administra, bem como o Plano de Gestão Administrativa – PGA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil. Atualmente, os planos de benefícios são inscritos em CNPJ para controle da PREVIC, portanto, com esta determinação esses mesmos planos passarão a possuir CNPJ para controle da Receita Federal.

O prazo para a operacionalização, foi prorrogado para 30/06/2023, pela Resolução CNPC nº 56 de 14/12/2022, que altera o Art. 8º da Resolução CNPC 46.

Entra em vigor a partir de janeiro de 2023 a Resolução Previc 18 de 22 dezembro 2022, que dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Ficam revogadas: I – a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020; II – a Instrução Normativa Previc nº 40, de 22 de junho de 2021; III – a Instrução Normativa Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021; e IV – a Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021. Art. 43.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2022.

 Assinado Marco André Sachet Diretor Presidente CPF 015.773.329-70	 Assinado Yuri Carioni Engelke Diretor Adm. e Financeiro CPF 053.461.109-50
 DocuSigned by: Marta Almeida da Silva 490A0091B0C43B Marta Almeida da Silva Contadora CRC-RJ 075023/O-5 CPF: 722.624.607-44	

3. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores do

OABPREV-SC - FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina – OABPREV-SC, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Santa Catarina – OABPREV-SC, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, datado de 07 de março de 2022, com uma opinião sem modificações sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 21 de março de 2023.



Luiz Fernando Silva Soares Contador – CRCRS nº 33.964

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F

CVM 12.220

4. GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Plano de benefícios OABPrev SC em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2022 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

Descrição	Valores
*Participantes Ativos	8.520
*Participantes Aposentados	72
*Benefícios de Pensão	33
*Instituidor	3
**Contribuições Recebidas	R\$ 30.305.801,45
**Portabilidades Recebidas	R\$ 475.983,89
**Pagamentos de Resgates	R\$ 11.027.207,50
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 3.528.858,95
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 1.352.926,30

* Posição em 31/12/2022
** Período de 01/01/2022 até 31/12/2022

5. INDICADORES DE GESTÃO

Taxa de Administração

Em 2022 a taxa de administração foi de 0,35% ao ano

Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes

Em 2022 foi de R\$ 292,12

Despesas Administrativas sobre o Ativo Total

Em 2022 foi de 1%

Despesa de Pessoal

Em 2022 foi de R\$ 1.153.757,19

Pró-labore Recebido

Em 2022 foi de R\$ 1.408.828,25

Taxa de Carregamento

Em 2022 a taxa de carregamento foi de 0,00% ao ano

Despesa Administrativa sobre os recursos garantidores dos planos de benefício de caráter previdenciário administrados

Em 2022 foi de 1,01%

Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas

Administrativas

Em 2022 foi de 108,22%

Evolução do Fundo Administrativo

Em 2022 o Fundo Administrativo reduziu 1,26% fechando em R\$ 3.235.237,49

6. INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIO

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIO			
	2022	2021	VARIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS	1.153.757,19	1.055.639,76	9
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	35.363,08	25.330,40	40
VIAGENS E ESTADIAS	29.096,93	0,00	100
SERVIÇOS DE TERCEIROS	812.786,66	761.730,69	7
Serviços Atuariais	22.831,00	19.298,00	18
Serviços Contábeis	4.794,00	10.269,00	-53
Serviços Jurídicos	10.500,00	8.727,00	20
Recursos Humanos	1.500,00	0,00	100
Tecnologia da Informação	72.733,84	88.310,98	-18
Auditoria Contábil	17.724,00	16.800,00	6
Serviços e Consultorias de Investimentos	10.692,84	29.510,35	-64
Serviços de manutenção e conservação	19.775,00	16.936,62	17
Administração do Passivo	316.723,48	281.985,08	12
Assessoria de comunicação	20.400,00	20.400,00	0
Despesas bancárias	242.613,50	243.723,66	0
Publicidade e propaganda	72.499,00	25.770,00	181
DESPESAS GERAIS	331.209,56	247.778,69	34
Associações de Classe	18.072,64	13.723,15	32
Brindes	24.867,29	21.148,45	18
Cartório	522,00	426,96	22
Aluguel e Condomínio	15.043,88	11.918,22	26
Correios e Encomendas	1.997,59	1.706,97	17
Energia Elétrica	8.876,15	8.338,29	6
Eventos e Promoções	21.013,00	62.083,67	-66
Material Grafico/Impressos	55.835,77	0,00	100
Internet	4.868,79	3.058,22	59
Lanches e Refeições	17.838,36	782,09	2181
Material de Limpeza e Conservação	2.675,10	0,00	100
Locomoção	10.265,74	1.822,05	463
Material de Consumo	5.674,73	3.076,75	84
Material de Expediente	1.586,89	2.124,76	-25
Manutenção Geral/Consertos/Reparos	2.226,85	909,00	145

INFORMAÇÕES SEGREGADAS DE DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIO			
Serviço de Taxi/Motoboy	290,00	300,03	-3
Publicidade e Propaganda	1.366,00	23.800,25	-94
Telefonia	12.832,27	13.077,84	-2
Seguros	4.873,39	6.514,55	-25
Material de Escritório	5.554,70	0,00	100
Tarifas Públicas	2.392,23	5.036,17	-52
Equipamentos de Pequeno Porte	2.906,25	1.006,80	189
Eventos e Projetos	11.415,39	0,00	100
Uniformes	7.317,50	2.308,50	217
Medicina Ocupacional	3.437,00	3.130,00	10
Material de Informática	35,00	363,41	-90
Certificadora	249,9	1.213,00	-79
Criação e Desenvolvimento	3.748,00	1.330,00	182
Locação	7.512,03	5.072,00	48
Patrocínio	67.148,61	53.500,00	26
Outras Despesas Gerais	8.766,51	7,56	115
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	45.126,63	67.082,93	-33
DEPRECIACÕES	45.126,63	67.082,93	-33
Móveis e Utensílios	6.157,46	8.106,01	-24
Máquinas e Equipamentos	3.619,00	4.178,00	-13
Instalações	586,66	821,92	-29
Equipamentos de Informáticas	6.360,95	5.293,33	20
Bens Imóveis	28.402,56	48.683,67	-42
TRIBUTOS	148.099,63	126.005,97	18
Pis	16.803,38	14.873,34	13
Cofins	103.405,36	91.528,19	13
TAFIC	24.000,00	19.500,00	23
Taxas e Tributos Municipais	2.810,05	104,44	2591
Taxas e Tributos Federais	1.080,84	0,00	100

7. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – 2022

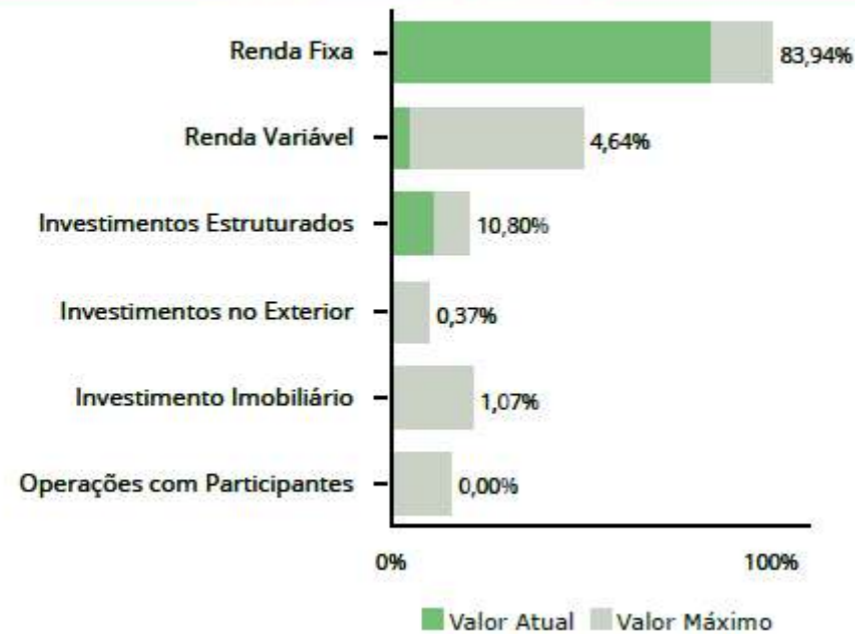
Conforme Resolução MPS/CNPC Nº23, de 06 de dezembro de 2006, Art.º 3, o OABPrev-SC vem por meio deste relatório, disponibilizar aos participantes as informações referentes aos investimentos da entidade durante o ano de 2021.

Quadro 01 – Alocação de Recursos por Segmento de Aplicação

QUADRO 01 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO							
SEGMENTO DE APLICAÇÃO	30/12/2022		31/12/2021		Limites de Exposição ao Segmento		
	Valor	%	Valor	%	Política de Investimentos	Resolução 4.994	
Programa de Investimentos					2022 - OABPrev-SC		
					Inferior	Superior	Máximo
Renda Fixa	215.079.929,91	84,06%	175.264.776,65	77,07%	50,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	11.853.792,50	4,63%	19.709.225,71	8,67%	0,0%	50,0%	70,0%
Investimentos Estruturados	24.857.200,59	9,71%	22.302.742,72	9,81%	0,0%	20,0%	20,0%
Investimentos no Exterior	945.227,84	0,37%	9.945.548,54	4,37%	0,0%	10,0%	10,0%
Imobiliário	2.733.525,66	1,07%	45.517,84	0,02%	0,0%	20,0%	20,0%
Empréstimos a Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,0%	15,0%	15,0%
CARTEIRA TOTAL	255.469.687,50	99,84%	227.268.911,45	99,94%			
Tesouraria + Conta Corrente	402.118,03	0,16%	146.865,63	0,06%			
PATRIMÔNIO TOTAL	255.871.805,53	100,00%	227.415.777,08	100,00%			



POLÍTICA DE INVESTIMENTO



Quadro 02 - Composição dos Investimentos por Aplicação

Modalidade de Investimentos	30/12/2022	%	31/12/2021	%
RENDA FIXA	205.079.727,48	80,15%	170.687.583,18	75,06%
Letras Financeiras do Tesouro	10.716.476,74	4,19%	33.073.744,55	14,54%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	108.176.260,47	42,28%	38.090.726,91	16,75%
Operações Compromissadas (over)	10.908.549,97	4,26%	24.011.746,28	10,56%
Letras Financeiras	24.797.864,88	9,69%	26.095.240,97	11,47%
Debêntures	17.253.620,43	6,74%	10.886.909,17	4,79%
Bradesco Institucional FIC RF CP	1.013.086,27	0,40%	0,00	0,00%
SOMMA Firenze FI RF CP LP	7.395.749,89	2,89%	0,00	0,00%
Mongeral Aegon Inst. FI RF Créd. Priv.	10.503.475,47	4,10%	9.244.838,27	4,07%
SOMMA Torino FI Renda Fixa CP	7.993.173,19	3,12%	22.843.879,45	10,04%
Bradesco Federal Extra FI RF Ref. DI	594.872,47	0,23%	1.142.548,53	0,50%
MAG CP 30 FI RF CP LP	2.500.425,01	0,98%	2.009.061,32	0,88%
JGP Corporate FIC RF CP LP	1.613.300,19	0,63%	1.411.796,48	0,62%
SPX Seahawk FIC RF CP LP	1.612.922,50	0,63%	1.877.091,25	0,83%
MULTIMERCADOS	30.978.204,31	12,11%	23.650.878,27	10,40%
GENOA Capital Radar VNC FIC FIM	1.571.968,34	0,61%	0,00	0,00%
IBIUNA Hedge ST FP FIC FIM	2.008.163,57	0,78%	0,00	0,00%
SOMMA Polaris FIC Multimercado	0,00	0,00%	2.564.473,15	1,13%
Galapagos Dragon FIC FIM CP	1.469.147,67	0,57%	0,00	0,00%
Vista Hedge FIC FIM	0,00	0,00%	2.112.125,18	0,93%
KP FIC FIM CP	453.114,87	0,18%	0,00	0,00%
Mongeral Aegon Macro FIC FIM	6.906.448,48	2,70%	4.945.035,17	2,17%
Valora Horizon High Yield FIC FIM CP	909.159,05	0,36%	0,00	0,00%
Vista Hedge Institucional FIC FIM	2.398.305,01	0,94%	0,00	0,00%
Vinci Multiestratégia FI Multimercado	789.593,65	0,31%	706.065,01	0,31%
Vinci Valorem FI Multimercado	1.762.131,28	0,69%	1.604.691,29	0,71%
GIANT Zarathustra II FIC FIM	1.607.989,35	0,63%	0,00	0,00%
Vinci Atlas Institucional FIC Multimercado	1.515.419,39	0,59%	1.394.584,69	0,61%
Kinea Atlas II FI Multimercado	1.562.362,93	0,61%	1.352.926,26	0,59%
Legacy Capital FIC Multimercado	1.390.214,66	0,54%	1.381.291,55	0,61%
Kapitalo Z Volans FIC FIM	1.495.238,73	0,58%	1.370.355,52	0,60%
Kadima II FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.556.946,21	0,68%
A1 Hedge VNC FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.369.609,93	0,60%
DAHLIA Total Return FIC Multimercado	0,00	0,00%	1.295.936,01	0,57%
SOMMA Institucional FI Multimercado	5.138.947,34	2,01%	1.996.838,32	0,88%
FUNDOS EM PARTICIPAÇÕES	3.070.764,01	1,20%	2.960.585,89	1,30%
Lacan Florestal FIP	1.532.174,56	0,60%	1.632.535,85	0,72%
Lacan Florestal II FIP	1.538.589,45	0,60%	1.328.050,04	0,58%
RENDA VARIÁVEL	12.898.385,30	5,04%	19.967.850,78	8,78%
GTI HAIFA FI Ações	712.083,55	0,28%	0,00	0,00%
Navi Institucional FIC Ações	1.474.189,00	0,58%	2.673.000,64	1,18%
Vinci fatorial Dinâmico FI Ações	852.950,93	0,33%	1.342.309,10	0,59%
Brasil Capital 30 Institucional FIC Ações	0,00	0,00%	1.667.725,74	0,73%
Absolute Partners Institucional V FIC Ações	884.110,32	0,35%	1.903.971,61	0,84%
Velt Institucional FIC Ações	0,00	0,00%	1.983.326,69	0,87%
Vista FIC Ações	809.296,71	0,32%	2.444.119,03	1,07%
Clave V Institucional FIC Ações	494.186,33	0,19%	787.760,10	0,35%
MCVP FIC Ações	1.067.065,31	0,42%	2.078.166,96	0,91%
MAG FI Ações	2.263.408,30	0,88%	0,00	0,00%
VINCI Gas Dividendos FI Ações	1.020.513,80	0,40%	1.348.191,25	0,59%
Miles Virtus B FIC Ações	407.677,15	0,16%	1.225.837,37	0,54%
Opções	204.936,41	0,08%	79.122,29	0,03%
Ações	2.707.977,50	1,06%	2.434.320,00	1,07%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	666.431,47	0,26%	9.956.709,41	4,38%
Open Vista Tecnologia Global FIM IE	0,00	0,00%	2.305.480,38	1,01%
Lyxor Bridgewater Global IE FI Ações	0,00	0,00%	2.192.441,13	0,96%
OAKTREE Global Credit BRL IE FIM	0,00	0,00%	1.557.654,79	0,68%
MAG Global Sustainable IE FIM	0,00	0,00%	3.144.120,31	1,38%
Vinci Internacional IE FIC Multimercado	666.431,47	0,26%	757.012,80	0,33%
IMOBILIÁRIO	2.776.174,93	1,08%	45.303,91	0,02%
SOMMA Real Estate FIC FIM CP	2.709.288,75	1,06%	0,00	0,00%
Vinci FULWOOD FII	66.886,19	0,03%	45.303,91	0,02%
TESOURARIA	402.118,03	0,16%	146.865,63	0,06%
Saldo em Conta Corrente + Caixa	402.118,03	0,16%	146.865,63	0,06%
Total	255.871.805,53	100,00%	227.415.777,08	100,00%

Os Quadros 01 e 02 relacionam o montante dos investimentos do OABPrev-SC com gestão terceirizada em 31/12/2022 em reais e percentuais relativos ao total de investimentos da entidade. O quadro 1 segrega os investimentos por segmentos, considerando os limites previstos na resolução CMN nº 4.994, bem como em relação aos limites aprovados na Política de investimentos. O quadro 02, demonstra a carteira de investimentos do OABPrev-SC de forma aberta.

Quadro 03 – Distribuição por Gestor Terceirizado

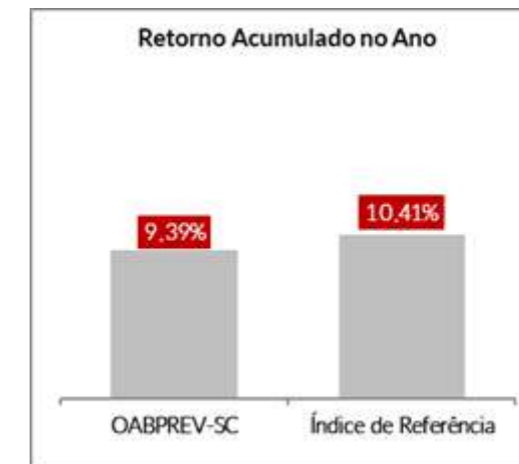
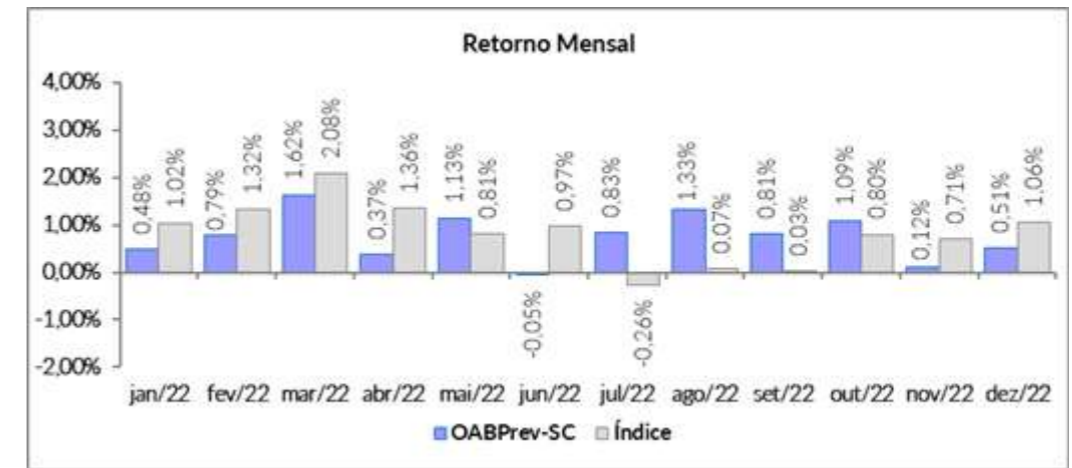
GESTORES	30/12/2022	%
SOMMA Investimentos	91.443.828,03	35,74%
Mongeral Aegon Investimentos	115.578.982,42	45,17%
Vinci Gestão de Patrimônio	48.848.995,08	19,09%
Total dos Recursos Garantidores	255.871.805,53	100,00%

Conforme previsto pelo órgão regulador, os planos instituídos devem ter seus ativos geridos integralmente por instituição autorizada para referida atividade. A carteira da OABPrev-SC é gerida pela SOMMA Investimentos, Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

Quadro 04 – Comparativo de Rentabilidade

Rentabilidade por Segmento	OABPrev em %	Benchmark	em %	Comparativo no Ano (diferença)
Renda Fixa	11,50%	CDI + 1,00% a.a.	13,50%	-2 p.p (excesso)
Renda Variável	-0,59%	IBrX-100	-4,02%	-4,61 p.p (excesso)
Investimentos estruturados	12,07%	INPC + 5,00% a.a.	11,23%	0,84 p.p (excesso)
Investimentos no Exterior	-7,88%	MSCI Global (BRL)	-81,78%	73,91 p.p (excesso)
Imóveis	3,73%	INPC + 5,00% a.a.	11,23%	-7,5 p.p (excesso)
Operações com Participantes	-	INPC + 8,00% a.a.	-	não investiu em Operações com Participantes
Retorno Consolidado Obtido	9,39%	INPC + 4,24% a.a.	10,41%	90,20% do índice de referência

O índice de referência é INPC + 4,24%. Em 2022, totalizou 10,41%.



O ano de 2022 foi marcado pelas pressões inflacionárias ao redor do mundo. Como reação, os Bancos Centrais iniciaram movimentos de subidas de juros, empregando aumentos de taxas em magnitudes raras na história.

A inflação global em 2022 foi causada por diversos motivos. Entre as principais causas estão o preço elevado de commodities energéticas e agrícolas, causada por disrupções envolvendo o conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, os desequilíbrios entre oferta e demanda - refletindo a retomada da mobilidade pós-pandemia de COVID-19 - e o sobreaquecimento das economias causado pela demora na retirada de estímulos monetários e fiscais nos principais países também contribuíram para uma inflação historicamente elevada. Ademais, o aumento no emprego, associado a recuperação da economia, ocasionou um mercado de trabalho mais robusto, mas gerando pressões inflacionárias advinda do crescimento dos salários.

Como consequência da inflação elevada, diversos Bancos Centrais iniciaram movimentos de subidas de juros. O Federal Reserve, dos EUA, ainda no primeiro trimestre do ano, iniciou o seu ciclo de aperto monetário bastante tempestivo, levando as taxas de juros do intervalo de 0% a 0,25% para 4,25% a 4,50% - totalizando 4,25 p.p. de aumento. Na Europa, o Banco Central Europeu também iniciou movimento de subida de juros - pela primeira vez desde 2011 -, retirando as taxas do patamar acomodatório de 0% para o nível contracionista de 3%. No Brasil, o Bacen encerrou o ciclo de aperto monetário iniciado em março de 2021, empregando um aumento que totalizou 11,75 p.p. na Selic ao longo do ciclo. O fenômeno da inflação elevada e, conseqüentemente, aumento de taxas de juros foi generalizada, atingindo tanto economias avançadas quanto emergentes.

Apesar dos desdobramentos econômicos relevantes durante o ano, as eleições foram o principal tema no Brasil. Como consequência, as questões fiscais ficaram no centro do debate, com o novo governo eleito, ainda antes do início do mandato, organizando a aprovação da PEC de Transição, que prevê gastos adicionais de aproximadamente R\$ 175 bilhões fora do Teto de Gastos em 2023 - fatores que podem comprometer a trajetória fiscal do país. Além disso, as declarações do presidente eleito e de seus aliados foram bastante ruidosas, elevando as expectativas de inflação e a incerteza a sobre o desempenho da economia nos próximos anos.

Neste ambiente, a rentabilidade líquida dos participantes do OABPrev-SC foi de 9,39%, equivalente a 76% do CDI e atingindo 90% do seu índice de referência que acumulou 10,41% no ano.

RETROSPECTIVA 2022

Após dois anos de pandemia de Covid-19, o ano de 2022 foi marcado pelo arrefecimento da doença. A curva de casos, hospitalizações e óbitos regrediu expressivamente, se comparada a 2021. Vale, por mais um ano, reconhecer o Sistema Único de Saúde público brasileiro (SUS) que seguiu firme no avanço da cobertura vacinal de mais de 80% de toda a população brasileira com pelo menos duas doses.

O cenário mundial foi marcado por acontecimentos que desafiaram as projeções para 2022. O descasamento entre uma oferta que sofria os gargalos da reabertura econômica, e uma demanda que esteve dormente até então, provocou uma alta da inflação. O conflito entre Rússia e Ucrânia, além da lástima trazida pela guerra, impulsionou a pressão sobre os preços. A inflação alcançou níveis historicamente elevados em todo o mundo, o que exigiu uma reação igualmente forte na condução da política de juros por parte dos principais Bancos Centrais.

O Brasil aproveitou-se da sua expertise em relação ao tema e não apostou na transitoriedade da inflação, sendo o primeiro país a iniciar o ciclo de alta de juros em março de 2021. A dianteira nos colocou em posição privilegiada em 2022. Enquanto o Brasil desacelerava e, por fim, mantinha a Selic estável

em 13,75%, o restante do mundo aumentava o ritmo das subidas de juros. Essa vantagem proporcionou uma atividade mais forte no ano, e o PIB deve crescer 3,0% em 2022, segundo projeção do mercado. Essa mesma estimativa era de apenas 0,3% no início do ano. No caminho inverso, as projeções globais para a atividade têm sofrido consecutivas revisões baixistas.

O mercado de trabalho, beneficiado pelas reformas dos últimos anos, reagiu à atividade mais forte e alcançou máximas e mínimas históricas de contingente de pessoas ocupadas e desocupadas, respectivamente. A taxa de desemprego recuou de 11,2% no trimestre móvel terminado em janeiro de 2022, praticamente no mesmo nível do pré-pandemia (11,4% em janeiro de 2020), para apenas 8,3% no trimestre findo em outubro, último dado disponível. A alta na arrecadação federal, ainda reflexo da atividade forte, aliado ao ajuste promovido nas despesas de pessoal nos últimos quatro anos, irão resultar no primeiro superávit primário desde 2013.

A troca de governo veio acompanhada de uma alteração na política econômica, o que deve trazer desafios ao país a partir de 2023. Mesmo nesse cenário, temos a convicção de que nosso mercado tem se mostrado cada vez mais forte, além do seu grande potencial de crescimento, o que nos faz ter grandes desafios - e oportunidades na mesma proporção - à frente.

Quadro 05 - Despesas Referentes a Administração da Carteira de Investimentos

Custos	Ano de 2022
Taxa de Administração	-518.210,88
Taxa de Custódia	-106.726,57
Cetip	-63.491,43
Selic	-5.888,20
Anbima	-8.962,00
Fiscalização CVM	-53.126,46
Gestão Externa	-756.405,54

As despesas referentes a administração da carteira de investimentos, são oriundas do processo de gestão dos investimentos das entidades.

Custódia: Itaú Unibanco S.A.

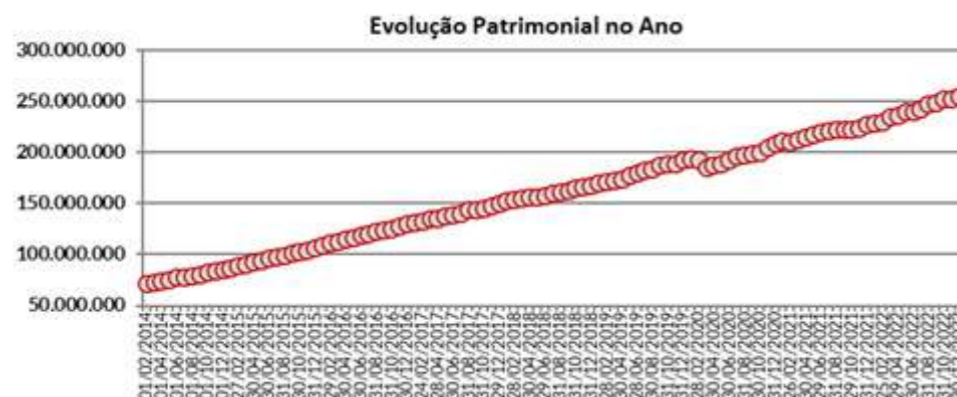
Gestão: SOMMA Investimentos S.A., Mongeral Aegon Investimentos e Vinci Gestão de Patrimônio.

Administração: Intrag DTVM. S.A

Nos retornos informados no Quadro 04 já estão deduzidos os custos apresentados no quadro ao lado.

Quadro 06 – Evolução Patrimonial

Descrição	
Saldo Inicial	227.415.777,08
Contribuições Líquidas	5.300.000,00
Rentabilidade dos Ativos	23.156.028,45
Patrimônio ao Final de 2021	255.871.805,53



Nome: YURI CARIONI ENGELKE

CPF: 053.461.109-50

Diretor Financeiro

Telefone (48) 3222-7440

E-mail: financeiro@oabprev-sc.org.br

8. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do Plano PGA, administrado pelo OABPREV-SC, referente ao exercício de 2022, objetiva:

- Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e nas Instruções Normativas da Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020 e nº 12, de 21 de janeiro de 2019.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano CD, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à EFPC, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

- Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;

II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;

III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;

IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em comprovado conflito de interesses; e

V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo. Distribuição de competências

DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos:

Conselho Deliberativo

Aprovar a Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais.

Conselho Fiscal

Fiscalizar o cumprimento das disposições da Política de Investimentos e suas respectivas atualizações anuais. Fiscalizar a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. Manifestar-se no relatório semestral de controle interno sobre a aderência da gestão à presente política. Este Relatório contempla, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais e sobre a execução orçamentária;

- Recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

- Análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Diretoria Executiva

Propor a Política de Investimentos, bem como as suas respectivas atualizações anuais.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETO)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação da Política de Investimentos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades de investimento.	- Dirigir as atividades de investimento, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.	- Dirigir as atividades de identificação, análise, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

Analista de Investimentos e Riscos – Aditus Consultoria

Responsabilidades

- Participar da elaboração e análise de pareceres, contratos, convênios e outros documentos relacionados com as atividades de sua área de atuação.
- Consultar, analisar e/ou acompanhar alterações da legislação pertinente, a aplicabilidade de leis, normas, regulamentos, modelos, métodos e práticas relacionadas com as atividades de sua área de atuação.
- Realizar inspeções e emitir pareceres técnicos sempre que necessário, sobre assuntos relacionados a sua área de atuação.
- Planejar, elaborar, analisar e emitir pareceres sobre planos, programas, projetos relativos à sua área de atuação.
- Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.
- Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, contratos, apresentações etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.
- Identificar e analisar oportunidades de investimento no mercado.
- Subsidiar, quando solicitado, os demais integrantes da EFPC nas suas atividades profissionais, oferecendo suporte técnico nas deliberações a serem proferidas.

Objetivos

- Desta forma, com o intuito de caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes
- Possibilitar o conhecimento das modificações normativas e subsidiar a construção de alternativas de investimento, considerando as restrições existentes na regulamentação vigente.
- Participar de atividades de avaliação de prestadores de serviço, a fim de subsidiar as decisões relativas aos terceirizados.
- Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.
- Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos, perseguindo níveis de rentabilidade suficientes para o atingimento das metas, dentro dos parâmetros de risco definidos.
- Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Colaborar com a gestão da EFPC na identificação de oportunidades de alocação, enviando a Diretoria a proposta de realização de determinada operação.
- Auxiliar na elaboração de relatórios, estudos, análises e pareceres com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão.

POLÍTICA DE ALÇADAS

A EFPC estabelece que qualquer operação envolvendo montante financeiro superior a 20% do total dos recursos garantidores (RGT) estará sujeita à aprovação prévia do Conselho Deliberativo. Nas demais operações abaixo do referido limite, a EFPC estabelece a seguinte parametrização de alçadas de decisão de cada instância:

LIMITES DE ALÇADA		
Carteira Própria e Fundos Exclusivos (gestão não discricionária)	% RGT	Competência
Títulos Públicos	10%	Diretoria Executiva
Ativos com exposição ao risco de crédito	5%	Diretoria Executiva
Ativos de renda variável	8%	Diretoria Executiva
Empréstimos de valores mobiliários	1%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento (gestão discricionária)	% RGT	Competência
Fundos de Investimento – Renda Fixa	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Renda Variável	8%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Estruturado	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento – Imobiliário	10%	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento - Exterior	5%	Diretoria Executiva

Conflitos de Interesse

O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Operações comerciais e financeiras não autorizadas

É vedado à EFPC realizar quaisquer operações comerciais e financeiras:

- I. Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II. Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de

participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e

III. Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

A referida vedação não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.661/2018.

Público Interno – Participantes do processo decisório e de assessoramento

A EFPC não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente. Assim, qualquer participante do processo decisório e de assessoramento nos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório ou de assessoramento, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou seus patrocinadores.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

Público Externo – Prestadores de serviços

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente. Neste propósito, os contratos firmados com prestadores de serviços, bem como a seleção de tais prestadores, buscarão incorporar critérios e checagens que visem à mitigação de conflitos de interesses.

RELACIONAMENTO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS E GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a EFPC define critérios visando à impessoalidade, à concorrência e à transparência, a serem observados nas fases de seleção e monitoramento.

Adicionalmente aos critérios estabelecidos na IN Previc nº 12, os gestores de recursos deverão ser preferencialmente associados à Anbima, observando os princípios e regras do Código de Regulação e Melhores Práticas.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta política de investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o proposto de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

PLANO DE BENEFÍCIOS

Segmento	Limite Legal - RES. CMN 4.994/2022	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALOCÇÃO OBJETIVO
RENDA FIXA	100%	50%	100%	80%
RENDA VARIÁVEL	70%	0%	50%	5%
ESTRUTURADO	20%	0%	20%	12%
IMOBILIÁRIO	20%	0%	20%	0%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	0%	15%	0%
EXTERIOR	10%	0%	10%	3%

Rentabilidade e benchmarks

A rentabilidade auferida pelo plano e por cada segmento de aplicação nos últimos 5 (cinco) exercícios, de forma acumulada e por exercício encontra-se registrada na tabela a seguir:

RENTABILIDADE PASSADA ¹ – PLANO E SEGMENTOS DE ALOCAÇÃO						
SEGMENTO	2018	2019	2020	2021	2022 ²	ACUMULADO
Plano	6,74%	9,49%	4,25%	3,47%	4,41%	31,62%
Renda Fixa	9,18%	8,35%	8,41%	7,81%	6,20%	46,83%
Renda Variável	-10,61%	NA	43,59%	-15,23%	-4,07%	4,38%
Estruturado	6,35%	12,35%	-1,33%	0,34%	6,71%	26,23%
Imobiliário	NA	NA	NA	15,55%	-2,05%	13,18%
Operações com Participantes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Exterior	0,42%	NA	20,73%	9,55%	-10,89%	18,35%

¹ Metodologia para apuração da rentabilidade: Cotação Adaptada;

² Rentabilidade auferida até junho/2022.

As metas de rentabilidade por plano e segmento de aplicação, bem como os correspondentes índices de referência (benchmarks), foram estabelecidas, conforme tabela a seguir:

Entende-se como benchmark para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE	RETORNO ESPERADO
Plano	INPC + 4,24% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Renda Variável	IBrX-100	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Operações com Participantes	INPC + 8,00% a.a.	INPC + 4,24% a.a.	10,39%
Exterior	MSCI Global (BRL)	INPC + 4,24% a.a.	10,39%

9. PARECER ATUARIAL

Avaliação: 31/12/2022

Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – PB-PA

OABPREV-SC

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2022 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA administrado pelo OABPREV-SC. Tem ainda como objetivo com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente atestar o resultado técnico-atuarial.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2023, observada aprovação prévia da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e dado atestado pelo Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios. A seguir são apresentadas estatísticas descritivas da população segurada pelo plano de benefícios:

Tabela 1 - Informações gerais - Participantes Ativos

Item	2020	2021	2022
Nº de Participantes*	8.634	8.695	8.628
Idade Média (anos)	35,88	36,32	36,66
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	6,81	7,42	7,91
Contribuição Média	R\$ 201,36	R\$ 187,69	R\$ 232,55
Saldo Individual Médio	R\$ 22.084,61	R\$ 22.986,34	R\$ 26.588,32

(*) Valores contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Tabela 2 - Informações gerais - Participantes Assistidos

Item	2020	2021	2022
Nº de Assistidos	56	63	72
Idade Média (anos)	65,04	65,43	62,99
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	14,18	15,30	7,76
Benefício Médio	R\$ 2.002,43	R\$ 2.557,87	R\$ 4.091,17
Saldo Individual Médio	R\$ 179.242,64	R\$ 216.589,17	R\$ 203.319,37

Tabela 3 - Informações gerais - Beneficiários Assistidos

Item	2020	2021	2022
Nº de Pensionistas	44	48	48
Idade Média (anos)	40,52	41,52	42,46
Benefício Médio	R\$ 1.319,00	R\$ 1.425,63	R\$ 13.809,01
Saldo Individual Médio	R\$ 130.481,19	R\$ 115.380,37	R\$ 167.001,05

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de tal adequação é exigida apenas aos planos que possuam em sua estrutura regime mutualista/atuarial. Porém, apesar de não haver desde 2014 (Redação da Resolução CNPC Nº 15/2014), por parte do órgão regulador, uma exigência quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente, tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada. Importante ainda destacar que os benefícios são recalculados anualmente, mitigando-se os riscos de inadequação da hipótese a apenas um exercício.

Quanto à tábua de mortalidade, diante dos resultados apurados por testes estatísticos, foi deliberada a manutenção da hipótese em 2022. Portanto, adota-se a tábua BR-EMSSb-2015-f para apuração da expectativa de vida dos participantes e assistidos, válidos e inválidos.

Assim, observada a elaboração dos estudos, a aprovação da Diretoria Executiva e a Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2022 e que estarão vigentes no exercício de 2023:

- a) Taxa de Juros: 4,24%a.a
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSSb-2015-f: e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSSb-2015-f

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PBPA em 31/12/2022. data base da presente Avaliação Atuarial:

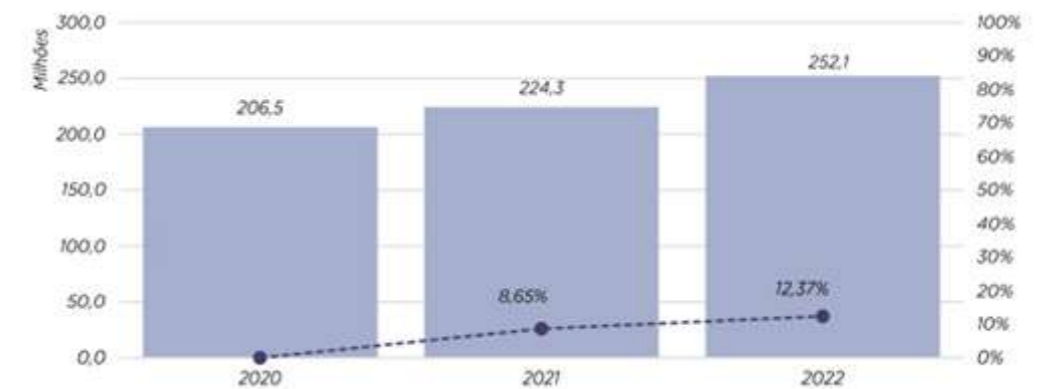
Tabela 4- Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos

DESCRIÇÃO	31/12/2022
Patrimônio Social	R\$ 255.294.280,43
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 252.059.042,94
Provisões Matemáticas	R\$ 252.059.042,94
Benefícios Concedidos	R\$ 22.655.044,57
Contribuição Definida	R\$ 22.655.044,57
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 22.655.044,57
Benefícios a Conceder	R\$ 229.403.998,37
Contribuição Definida	R\$ 229.403.998,37
Saldo - Empregadores / Instituidores	R\$ 0,00
Saldo - Participantes	R\$ 224.814.645,46
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 1.862.918,26
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 2.726.434,65
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 3.235.237,49
Fundos Previdenciais	R\$ 0,00
Fundos Administrativos	R\$ 3.235.237,49
Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PBPA, administrado pelo OABPREV-SC, apresentou em

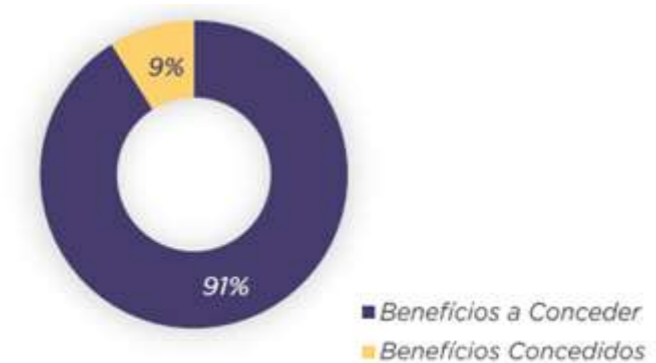
31/12/2022 o resultado de Equilíbrio Técnico. Por meio do gráfico a seguir se pode observar a evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano PBPA no exercício de 2022

Gráfico 1- Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano



Observou-se uma evolução de aproximadamente R\$ 27,7 milhões, quando se partiu de um Patrimônio de Cobertura do Plano (PCP) de aproximadamente R\$ 224 milhões no encerramento do ano de 2021 e alcançando, no encerramento de 2022, um montante que ultrapassa a marca de R\$ 252 milhões. O Gráfico 2. por sua vez, aponta que as provisões matemáticas de benefícios a conceder destinadas ao acúmulo de saldos para fazer frente aos benefícios futuros dos atuais participantes ativos acumulam a maior parte dos recursos do plano, representando 91% do Patrimônio de Cobertura do Plano. As provisões matemáticas de benefícios concedidos, por sua vez, destinadas as obrigações do plano junto aos atuais aposentados e pensionistas, acumulam 9% do Patrimônio de Cobertura do Plano.

Gráfico - Distribuição das provisões matemáticas - 31/12/2022



5. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

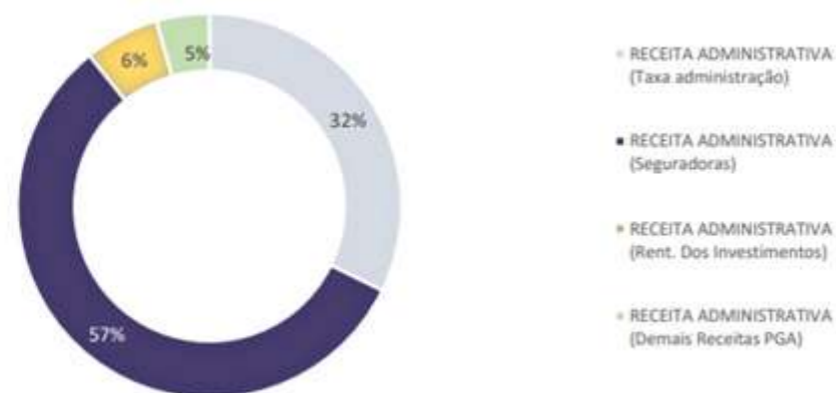
Adicionalmente, foi realizada análise retrospectiva com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo. Para isso foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de janeiro/2020 a dezembro/2022.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 192 634.82 e uma receita administrativa média de R\$ 211 237.47 alcançada pela aplicação das taxas administrativas e demais fontes de recursos previstos no Plano de Custeio.

A saber, atualmente o plano de custeio prevê uma taxa de administração de 0,35% ao ano, além de receitas provenientes da Seguradora como agenciamento e comissionamento relativos à fatura de risco (contribuições específicas destinadas a contratação de capital segurado para morte e invalidez total e permanente).

O gráfico a seguir demonstra as diferentes fontes de recursos do Programa Administrativo e sua relevância à arrecadação ao longo dos últimos 36 meses.

Gráfico 3- Fonte de recursos do Programa Administrativo-36 meses

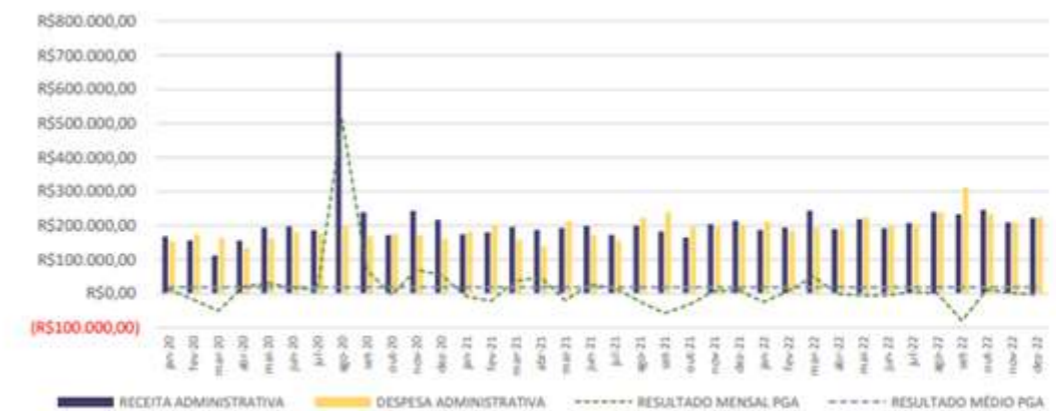


Pelo gráfico 3, se pode observar que aproximadamente 32% do total das receitas é proveniente da taxa de administração, enquanto 57% são receitas advindas da Seguradora, seja pelo pagamento de agenciamento, comissionamento ou excedente do resultado técnico das apólices de seguro.

Verificou-se também que houve uma redução de 1.26% (R\$41.205,71) no valor do Fundo Administrativo no último ano. Tal Fundo, em 31/12/2022, monta em R\$ 3.235.237.49, enquanto em 31/12/2021 era equivalente a R\$ 3276.443.20. Observa-se desta maneira que o Fundo Administrativo se encontra atualmente em um patamar de sustentabilidade, visto que equivale a 15.02 meses de despesas administrativas, considerada a média do último exercício.

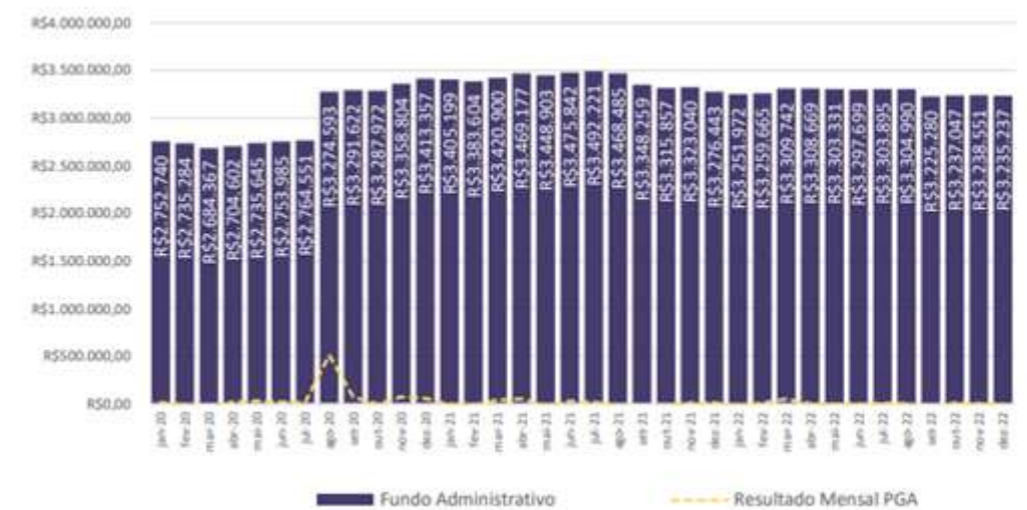
O gráfico a seguir, por sua vez demonstra o histórico de receitas e despesas administrativas e o resultado mensal e médio do PGA observados nos últimos 36 meses.

Gráfico 4 - Histórico de Receitas e Despesas Administrativas - 36 meses



Por fim, o gráfico a seguir demonstra a evolução do saldo do Fundo Administrativo desde janeiro/2020, de modo a tornar mais elucidativa a visualização de como tal fundo se comportou ao longo do tempo:

Gráfico 5 - Evolução do fundo administrativo - 36 meses



6. RISCOS ATUARIAIS E OUTROS FATOS RELEVANTES

- a) Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais intrínsecos ao plano que possam acarretar desequilíbrios técnicos;
- b) As hipóteses atuariais não são adotadas para precificação do passivo atuarial para apuração do custo ou do plano de custeio, tendo em vista a modalidade do plano de benefícios. Tais hipóteses atuariais são adotadas para composição do Fator de Conversão, aplicado sobre o saldo de contas mantido em favor do participante ou assistido para cálculo da renda de prestação continuada.
- c) Observadas as determinações regulamentares, não há constituição de Fundos Previdenciais;
- d) O plano de benefícios apresentou o resultado de Equilíbrio Técnico no encerramento do exercício, haja vista a equivalência entre as provisões matemáticas, apuradas pelo somatório dos saldos de contas extraídos de base cadastral disponibilizada pela Entidade, e o patrimônio de cobertura do plano apurado contabilmente e informado pela Entidade,
- e) Reitera-se que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus aprecamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.
- f) Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD. sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pelo OABPREV-SC referente à data base 31/12/2022

Assim, considerando o exposto no presente Parecer Atuarial, se conclui que a PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO-PBPA encontra-se em equilíbrio técnico, destacando-se ainda que o Relatório de Avaliação Atuarial, de cunho gerencial, a ser disponibilizado à Entidade contemplará análises estatísticas financeiras adicionais, especialmente quanto ao histórico de resgates portabilidades, bem como em relação à população avaliada.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2023


 Rafael Porto de Almeida
 Atuário MIBA nº 1.738
 Lumens Consultoria Atuarial



 Marco Rasoppi
 Atuário MIBA nº 1.776
 Lumens Consultoria Atuarial

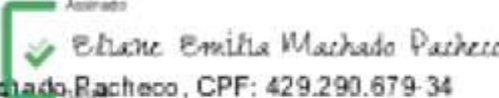

 Karen Tressino
 Atuária MIBA nº 1.123
 LUMENS ATUARIAL


10. PARECER DO CONSELHO FISCAL

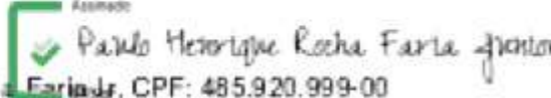
Os membros do Conselho Fiscal do OABPrev-SC, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado - BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL por plano de benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidada, o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2022, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.


Florianópolis, 27 de març o de 2023.


Assinado

Presidente: Rycharde Farah, CPF: 888.950.179-00

Assinado

Vice-Presidente: Eliane Emilia Machado Pacheco, CPF: 429.290.679-34

Assinado

Titular: Jefferson Mario Santana, CPF: 007.509.209-39

Assinado

Titular: Paulo Henrique Rocha Faria Jr, CPF: 485.920.999-00

Assinado

Suplente: Dilson Marcelino Jr, CPF: 016.146.159-00

Assinado

Suplente: Juliana Boricelli Fragozi, CPF: 042.419.579-86

11. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022

Os membros do Conselho Deliberativo do OABPrev Santa Catarina, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado - BP, a Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidada; o Parecer Atuarial; e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrac es Contábeis, todos relativos ao exercício de 2022 e acatar o Parecer do Conselho Fiscal, deliberaram pela aprovação.

Florianópolis, 28 de març o, 2023.

Assinado

Presidente: Jorge David Pacheco, CPF: 145.276.779-34

Assinado

Vice-Presidente: Eni Terezinha Aragão Duarte, CPF: 79.824.309-10

Assinado

Titular: Célio Dalcanal, CPF: 548.096.309-00

Assinado

Titular: Ezair José Meurer Jr, CPF: 008.573.829-85

Assinado

Titular: Júlio Cesar de Souza, CPF: 168.813.709-20

Assinado

Titular: Marion Elisabete da Silva, CPF: 200.294.110-68

12. GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.



